



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
25/11/2016

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
25/11/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 15:15 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Aurélio Pedro Monteiro Ferreira comunicou em 23/11/2016, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por motivos de índole pessoal, estará ausente no período compreendido entre os dias 28 a 31 de julho de 2016, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Dr.ª Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

- 1. AQUISIÇÃO DE 52 PRÉDIOS URBANOS, SITOS NO LUGAR DO CAMARNAL. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA.**

2. CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES. ADITAMENTO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. APROVAÇÃO DA MINUTA DE ADITAMENTO.
3. AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA PÚBLICA
4. P.A. N.º 84/2016-AP/DFTI – *“CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2017”*. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - AQUISIÇÃO DE 52 PRÉDIOS URBANOS, SITOS NO LUGAR DO CAMARNAL. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA.

769 - Considerando que, em 16 de junho de 2004, foi celebrado um contrato-promessa de compra e venda de 52 prédios urbanos, sitos no lugar do Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande, que se dá por integralmente reproduzido e fica anexo (**Anexo 1**).

Considerando que os 52 prédios urbanos estão devida e integralmente identificados no documento complementar integrado no contrato-promessa de compra e venda.

Considerando que, na altura, o Instituto Nacional de Habitação (INH) se substituiu ao Município da Marinha Grande, na aquisição dos referidos prédios ao empreiteiro que os executou ao abrigo do disposto no artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 159/2003, de 18 de julho;

Considerando que essa aquisição pelo INH visou ultrapassar o impasse então verificado e pressupunha que mais tarde o Município procedesse à compra dos fogos em causa, como esteve previsto desde o início;

Considerando que nessa sequência foi celebrado o identificado contrato-promessa que traduziu essas circunstâncias;

Considerando que o artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 159/2003, de 18 de julho, habilita o Município da Marinha Grande a adquirir ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IRHU) os 52 prédios urbanos em causa, o que, além do mais, decorre do contrato-promessa de 2004;

Considerando que se vem arrastando, desde há muito, o processo negocial com o IHRU, sem que tenha sido possível até agora estabelecer uma solução consensual e que acautele devidamente os interesses municipais;

Considerando que após um esforço adicional foi possível acordar os termos da formalização definitiva da transação dos imóveis, em conformidade com comunicação do IHRU, de 18 de novembro de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa **(Anexo 2)**;

Considerando que o Município da Marinha Grande deve cumprir os compromissos que assume e que os prédios urbanos se destinam a alojar famílias em situação de vulnerabilidade económica e social, o que se reveste de um indiscutível interesse público municipal;

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea i), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar autorização à Assembleia Municipal para adquirir 52 (cinquenta e dois) prédios urbanos ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, nos exatos termos constantes da minuta de escritura pública de compra e venda, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 3).

Mais delibera, ao abrigo das mesmas disposições legais, aprovar a minuta da escritura pública de compra e venda, já dada por reproduzida, a celebrar após a obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas, e submete-la à aprovação da Assembleia Municipal.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES. ADITAMENTO. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. APROVAÇÃO DA MINUTA DE ADITAMENTO.

770 - Considerando que, em 16 de junho de 2004, foi celebrado um contrato-promessa de compra e venda de 52 prédios urbanos, sitos no lugar do Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Considerando que, nos termos do contrato-promessa, deve atualizar-se o valor da comparticipação de que o Município beneficia;

Considerando que o valor da comparticipação passa a cifrar-se em 1.353.204,40 euros;

Considerando que após um esforço adicional foi possível acordar os termos da formalização definitiva da transação dos imóveis, em conformidade com comunicação do IHRU, de 18 de novembro de 2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (**Anexo 2**) e que considera a atualização nos termos indicadas no aditamento;

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), para os efeitos do artigo 25.º, n.º 1, alínea i), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao contrato de comparticipação destinado à aquisição de 52 (cinquenta e dois) prédios urbanos, a celebrar com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (**Anexo 4**).

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA PÚBLICA

O Sr. Presidente explicou o seguinte relativamente a este ponto:

- o imóvel pertence ao BCP
- a Câmara pode celebrar a escritura com o BCP
- o BCP pôs uma ação em Tribunal para que a ocupante, D. Ana Mortensen, restitua o bem
- a audiência está marcada para dia 13/02/2017, com vista à desocupação do imóvel
- o BCP enviou para a Câmara uma minuta da escritura

Seguidamente o Sr. Presidente procedeu à leitura da referida minuta da escritura pública.

O Sr. Vereador Carlos Logrado pensa que o ónus não é nenhum problema, e até julga que o BCP, com a venda à Câmara, deveria retirar a ação. Considera que é prejudicial à Câmara seguir a ação do BCP, e na sua opinião avançava com o negócio e pedia ao BCP a anulação da ação.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro não concorda com esta posição.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho considera que a compra não está em causa, resta é saber se é efetuada antes ou depois de a ação estar resolvida.

O Sr. Vereador António Santos concorda com a posição do Sr. Vereador Carlos Logrado.

O **Sr. Presidente** disse que não discorda completamente, tem é que se saber em que situação a D. Ana Mortensen lá fica, tendo em conta a forma como a Câmara tem vendido ou arrendado os seus espaços.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que quem defende a via litigante perde sempre dinheiro e tempo. Só o facto de a Câmara pedir ao BCP que anule a ação já é uma forma de dar sinal de que se quer resolver o assunto de forma fácil e negocial.

Sobre a natureza da ocupação, fica num canto, e ele próprio, enquanto Vereador, opor-se-á sempre a qualquer construção naquele local, apenas concordará com a recuperação. Sob o ponto de vista para o local o espaço é importante.

Sob o ponto de vista da natureza do negócio, trata-se do vidro, fabricado maioritariamente no concelho, e por isso é um espaço identitário com o concelho.

Por todas estas razões entende que o ónus não reduz em nada o valor do património que se está a adquirir, quando muito o problema será o valor a pagar e não o ónus.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que por si o negócio está em condições de ser feito, mas há questões a ponderar – não é só a riqueza do espaço e o que ele representa, mas a situação que se pode criar e deixar a Câmara descansada.

O negócio é de avançar já, porque se trata da aquisição dos terrenos da FEIS, mas que fique bem assegurado que a propriedade é da CMMG, que se possa anular o processo em Tribunal, mas só com garantias assinadas entre a CMMG e a D. Ana Mortensen, e garantir que se fazem as coisas de forma a que se mantenha uma situação de igualdade e equidade para com outros municípios, sem que haja benefícios.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que não se sente muito confortável a dar o seu acordo a que se faça uma compra com este ónus, até porque a pessoa pode não vir a concordar e a querer negociar.

A primeira questão que se põe é: comprando a Câmara o imóvel, pode assumir a posição do BCP? Sim, pode, enquanto nova proprietária, pelo que não faz sentido pedir ao BCP a anulação do processo. Poder-se-á é dizer ao BCP que a Câmara vai assumir a sua posição.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que não concorda com a litigância, que considera ser perda de tempo, mas também concorda com a sugestão do Sr. Presidente de que poderá já iniciar as negociações com a Senhora, uma vez que ela não tem qualquer vínculo para lá estar.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que ouviu as palavras do Sr. Vereador Carlos Logrado, é um raciocínio pragmático, que faz sentido no domínio privado, não no domínio público, em que uma ação vai onerar o serviço público. Está-se a negociar uma coisa que não é legítima, porque a Senhora está a ocupar o espaço abusivamente, sem legitimidade, embora não ponha de lado a possibilidade de a poder vir a apoiar noutras circunstâncias.

É favorável à aquisição, não é favorável a qualquer negociação. O processo em Tribunal deve correr, se a Senhora perder só então, e quando a Câmara já tiver pensado a utilização a dar ao espaço, é que se deve negociar com ela.

Manter a aquisição, sim, negociar só numa fase em que a Câmara já saiba o que fazer para aquele espaço.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que depreende que há duas posições a ter em atenção: a defesa da Câmara e o interesse para o município em manter o espaço aberto. A **Sr.ª Vereadora** sugeriu que a Câmara assuma a posição do BCP e isso assegura o interesse público. É de interesse público manter aquele espaço, em termos históricos e de projeção das nossas raízes, tanto internamente como para o exterior, por isso não convém à Câmara fechar aquele espaço. Pensa que será de bom-tom ter uma conversa com a Senhora, porque a Câmara está em posição de força, uma vez que o Tribunal já disse que o espaço é do BCP, e ela está ali ilegítimamente. Em sua opinião, dever-se-ão conciliar as duas posições, a da Câmara e a da Senhora.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** entende que a realização do negócio deve ser imediata e não deve estar indexada à resolução da questão do ónus, até porque não queremos que a Senhora saia.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** discordam, porque se a Câmara ainda não sabe o que pretende para aquele espaço como poderá dizer que a Senhora não sai.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** até colocou a hipótese de a Senhora poder vir a cumprir uma sentença favorável ao BCP e sair. Entende que esta é uma questão que deverá ser objeto de reflexão após a aquisição.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que continua a defender a mesma posição, isto é, fazer negócio, não anular o processo, falar com a Senhora e manter uma situação de igualdade para com outros municípios.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que lhe parece ser unânime que se vai comprar o imóvel e que se mantém o ónus.

O **Sr. Presidente** concluiu, do que ouviu, que se vai manter a aquisição nos termos da escritura, que irá ler, e simultaneamente vai-se falar com a D. Ana para se fazer um contrato de aluguer com ela para aquele espaço.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que essa não é a sua posição. Adquirir sim, mas sem qualquer negociação enquanto o processo em Tribunal não estiver concluído.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu ao Sr. Presidente para avançar nos termos em que tinha referido.

O **Sr. Presidente** disse que preferia que houvesse um consenso. Para tentar esclarecer as dúvidas suscitadas por alguns dos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente solicitou a presença na reunião do Chefe da Divisão Jurídica e de Comunicação, Dr. Miguel Crespo.

O **Dr. Miguel Crespo** referiu que a aquisição do prédio foi deliberada na reunião de Câmara do passado dia 21, há o registo de uma AP na Conservatória do Registo Predial, que o BCP já pediu para ser cancelada, em virtude de a sentença do Tribunal já ter transitado, e agora está aqui presente a aprovação da minuta da escritura pública a celebrar entre a CMMG e o BCP, com o ónus de haver uma ocupante.

O **Sr. Presidente** leu a minuta da escritura.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** perguntou ao Sr. Presidente se sabe quais os argumentos que a Senhora aduz em sua defesa, até porque diz na minuta da escritura que acabou de ler que a Câmara conhece o processo.

O **Sr. Presidente** esclareceu telefonicamente com o representante do BCP, e informou que se a Câmara adquirir o imóvel eles perdem o interesse na ação.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que se o Banco não alterar os termos da escritura só há uma solução, ou se compra ou não.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** enunciou os cenários em apreço:

- adquirir o prédio, depois de resolvida a ação, sem saber qual o valor em causa;
- se a ação cessa com a aquisição, porque o Banco deixa de ser o proprietário, então faz sentido negociar antes.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que ou se compra com ónus ou então diz-se ao Banco que só compramos com a questão resolvida.

O **Sr. Presidente** disse que há uma terceira solução, que é negociar e fazer um acordo com a Senhora antes de adquirir. Pode-se adiar a votação, mas já não haverá negócio este ano.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** pediu ao Sr. Presidente para avançar para a votação, uma vez que há maioria.

O **Sr. Presidente** voltou a afirmar que pretende o consenso.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que se está a adiar aquilo que já foi decidido, porque temos agora um dado novo que não era conhecido.

O **Sr. Presidente** disse que vai propor, perante estes factos, que se fale antecipadamente com a Senhora, antes de tomar uma posição, e ver a sua disposição para fazer um contrato de comodato, salvaguardando a posição da Câmara.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** não concorda, porque entende que assim se está a partir do princípio que a Senhora tem legitimidade para ocupar o espaço. Na sua opinião o processo tem que ser estudado.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
25/11/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

Para que os Srs. Vereadores possam refletir melhor sobre o assunto, o Sr. Presidente concedeu uma pausa de 10 minutos, entre as 17:20 horas e as 17:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores, para exporem as suas reflexões.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que, atendendo às posições já assumidas, se poderia desde já mandar o Sr. Presidente para falar urgentemente com a D. Ana Mortensen.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que não concorda.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que concorda, o que gerou discussão entre si e o Sr. Vereador Carlos Logrado.

O **Sr. Presidente** chamou a atenção para a necessidade de distribuir os documentos para a Assembleia Municipal e disse o seguinte (transcrição da gravação da reunião):

"Nesta situação era dar-me autorização para fazer conversações usando a minha diplomacia com a D. Ana Mortensen e chegarmos a um acordo relativamente a fazermos já um contrato de promessa de aluguer e salvaguardando... porque senão qual é a situação? A situação de não chegarmos a acordo é não comprarmos, o Banco continuar com a ação e ela ir-se embora, definitivamente. Nós salvaguardando a posição da Câmara de futuro fazer um contrato de arrendamento."

O **Sr. Vereador António Santos** e o **Sr. Vereador Carlos Logrado** disseram que votam a favor da compra com ónus.

As **Sr.ªs Vereadoras Ana Alves Monteiro** e **Alexandra Dengucho** disseram que não.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse o seguinte (transcrição da gravação da reunião):

"Há aqui uma questão... vamos ver se nós assentamos aqui uma coisa. Não tenho dúvida nenhuma de que vamos adquirir a Mortensen. Nós já tomámos uma deliberação de Câmara na aquisição da Mortensen, a única coisa que se está, aqui e agora neste momento, digamos que, a por na mesa, é adiarmos a questão desta visita para segunda-feira e para dar disponibilidade ao Presidente para, ainda na segunda-feira, falar com a D. Ana Mortensen e poder trazer-nos aqui um contrato de aluguer daquelas instalações."

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro**, na sequência da intervenção da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, questionou o seguinte (transcrição da gravação da reunião):

“Desculpe, mas porque é que parte já para esse raciocínio, é isso que não estou a perceber?”

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** respondeu o seguinte (transcrição da gravação da reunião):

“Porque todos nós chegámos à conclusão que ela estaria lá... ilegalmente, em ilegalidade, num espaço que será do Banco e agora passa a ser da Câmara. Nós naturalmente que temos uma pessoa a ocupar um espaço nosso, essa pessoa deve pagar pela utilização do espaço com naturalmente as salvaguardas de que se a Câmara precisar daquele espaço para outros fins a que se destina ter aqui uma base de suporte negocial por parte do Sr. Presidente com, nesta altura, com a D. Ana Mortensen, que nos permite que depois de um espaço de tempo que lhe for dado em contrato de aluguer daquele espaço, nós definirmos aquilo que queremos para lá ou não.”

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse (transcrição da gravação da reunião):

“Eu acho que é importante perceber o que a senhora pretende fazer partindo do pressuposto de que a decisão judicial é-lhe desfavorável”.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse (transcrição da gravação da reunião):

“Eu acho que a Dr.ª Ana tem toda a razão. Acho que a primeira abordagem do Presidente deve ser essa. Não deve acenar com um contrato de arrendamento. Se não ela vai esfregar as mãos de contente. Livro-me de uma ação judicial, ganho contrato de arrendamento, isto está-me a correr de feição”.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse (transcrição da gravação da reunião):

“Como é que justificamos a celebração de um contrato com uma senhora que está a ocupar ilegalmente um espaço?” (...) “Eu acho que a equação deve partir do pressuposto de que o poder negocial do Senhor Presidente nesta abordagem, se é que lhe posso chamar poder negocial, é muito mais forte se partir do pressuposto ... dizendo-lhe assim, a Senhora já sabe que tem uma ação a decorrer nestes termos, tudo aponta para que, em fevereiro ou abril (não sei qual é a data), ou no início do próximo ano, a Senhora saia, qual é a sua perspetiva relativamente a esta matéria, havendo o interesse do Município na aquisição deste imóvel? (...) e dizendo-lhe claramente que o executivo ainda não celebrou contrato absolutamente algum porque ainda não sabe se o vai celebrar com o ónus que agora apareceu ao processo. O Senhor tem que ter essa segurança, chamemos-lhe assim (acho eu), que é para o Senhor ter depois todo o poder para conseguir... independentemente de eu, na próxima semana ou na outra, depois de ver o espaço, poder subscrever que a melhor solução é esta Senhora estar lá, é espetacular, e vamos querer (...). O que eu acho é que não devemos partir desse pressuposto quando podemos dar um uso a este edifício que pode ficar comprometido com o ónus que lá está.”

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse (transcrição da gravação da reunião):

“Percebo... mas percebo que naturalmente o Senhor Presidente levantará estas questões da forma que apontou quando for falar com a D. Ana Mortensen. “

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse (transcrição da gravação da reunião):

“Nesta «negociação» não falava nem em contrato, nem... é só perceber o que é que ela quer. E em função do que ela quer o serviços, então, têm que avaliar quanto é que a saída da senhora seria razoável, se se fizer um contrato quanto é que isso implica, agente tem que saber, não é? (...) a minha opinião é esta Sr. Presidente: eu estou favorável que o senhor tenha essa conversa, com a abordagem que eu aqui partilhei, de manter uma posição de poder, até porque, de facto tem esse poder, na medida em que, ainda está aqui numa fase, em que pode, ou não, por via indirecta, travar o processo que decorre em Tribunal face aquilo que o Senhor verbalizou.”

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** e a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** também concordam que se fale com a Senhora.

O **Sr. Presidente** informou que irá falar na próxima segunda-feira.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou ao Sr. Presidente se tem consciência que a aquisição não será feita este ano.

O **Sr. Presidente** disse que ainda poderá ser feita este ano, e convidou todos os Srs. Vereadores para o acompanharem na conversa com a D. Ana Mortensen.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que não estará presente mas que vai passar a informação ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que se o Sr. Presidente fizer um exercício de planeamento sobre os dias que o processo vai levar chegará à conclusão que não dá para fazer a aquisição este ano.

O **Sr. Presidente** disse que aquilo que pretende é deixar salvaguardado o interesse do município, porque no fim do mandato se vai embora.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** insistiu para que o Sr. Presidente ponha o assunto a votação.

O **Sr. Presidente** pediu poderes para falar com a D. Ana Mortensen.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que quer deixar bem claro que se opõe a esta situação, porque é inaceitável que não havendo dados novos se adie uma votação de uma reunião prevista excepcionalmente. Não concorda com este procedimento, que vai fazer atrasar de tal forma que inviabiliza a aquisição este ano.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** declarou o seguinte:

“Não concordo com as afirmações do Vereador Logrado porque apareceram dados novos na negociação do processo transmitidas ao Sr. Presidente pelo próprio responsável do BCP

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
25/11/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

e como tal concordo com a posição do Sr. Presidente da Câmara em estabelecer uma conversa com a D. Ana Mortensen.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro declarou o seguinte:

“Concordo com o Vereador Vítor, acrescentando que esta decisão revela o sentido de responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara na defesa do interesse público.”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho declarou o seguinte:

“Subscrevo a declaração do Vereador Vítor acrescentando que existe de facto um dado novo a considerar que é o ónus que impende sobre o imóvel traduzido na ocupação de um espaço e uma ação judicial efetivamente em curso em que são partes litigantes o BCP, como Autor, e a D. Ana Mortensen, ocupante alegadamente abusiva do espaço, como Ré.”

O Sr. Presidente declarou o seguinte:

“De facto, entre a deliberação tomada anteriormente, de aquisição, com a qual concordámos, foram aduzidos novos elementos, nomeadamente no contrato de compra e venda, pelo que importa salvaguardar os interesses futuros do Município.”

O Sr. Vereador Carlos Logrado pediu para declarar o seguinte:

“Não aceito nenhuma reunião extraordinária para tratar deste assunto que não cumpra os prazos legais e os documentos sejam distribuídos, o que não aconteceu nesta reunião.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira também pediu para declarar o seguinte:

“Perante isto tenho a dizer que sou o mais respeitador possível da legalidade, no entanto há situações, e existiram situações, em que não foram cumpridos os prazos, nomeadamente em termos de remessa de documentação, e aceito discutir os problemas em prol dos municípios marinhenses e da Marinha Grande.

Esta posição do Vereador Logrado, compreensível do ponto de vista do cumprimento da legalidade, afigura-se-me como uma “birra” perante o facto de não ver merecer das suas posições a aprovação face às posições dos restantes elementos.”

4 - P.A. N.º 84/2016-AP/DFTI – “CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2017”. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.

771 - Presente a informação I/1964/2016 da DFTI - Área de Património, onde se manifesta a necessidade da “Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2017”.

Presente igualmente o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento de *“Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2017”*, é de 170.000 euros, isentos de IVA, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objecto do contrato a celebrar e que atento o preço base apurado o procedimento a adotar é o concurso público, nos termos dos artigos 16.º, n.º1, alínea b), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2016 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2016 e 2017 para a *“Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2017”*, tendo sido emitido cabimento, pelos serviços de contabilidade.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 15/12/2015, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Considerando que por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 23/11/2016, foi emitido parecer prévio favorável à *“Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2017”*, de acordo com o n.º 10 do artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta da DFTI - Área de Património, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 20.º, n.º 1, alínea b), 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e de acordo com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adoptar o procedimento de concurso público, com vista à contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2017, conforme proposta dos serviços;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
Effectivos

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
25/11/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 30

- Sandra Paiva (Presidente)
- Marina Freitas (Vogal, substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos)
- Vânia Santos (Vogal)

Suplentes

- Lina Frazão (suplente)
- Sara Coelho (suplente)

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

772 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:10 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião

O conteúdo da presente reunião fica integralmente registado em suporte digital.
